

Negócios

Associações do setor defendem que pena seja substituída por compensações à indústria nacional de máquinas e equipamentos, para incentivar o desenvolvimento de tecnologias para exploração

Multas geradas por descumprimento do conteúdo local somarão US\$ 110 bi

PETRÓLEO E GÁS

Thiago Moreno
São Paulo
thiago.moreno@dci.com.br

● A obrigatoriedade de uso do conteúdo local imposto nos contratos de concessão de blocos exploratórios de petróleo gerou uma indústria da multa que pode somar US\$ 110 bilhões, estimam fontes do setor de máquinas e engenharia.

Segundo executivos ouvidos pelo DCI, as petroleiras que arremataram áreas exploratórias nos leilões dos últimos 15 anos devem começar a pagar em breve cerca de US\$ 10 bilhões aos cofres públicos por não terem cumprido o nível mínimo de uso dos insumos e dos equipamentos nacionais estipulado para a fase inicial de exploração. Para a segunda etapa, de desenvolvimento e maturação dos blocos, são estimados outros US\$ 100 bilhões em multas, devido à incapacidade da indústria brasileira de máquinas e equipamentos de competir com os concorrentes internacionais.

A fase de exploração consiste no primeiro momento do processo de extração de petróleo de uma bacia e concentra 10% do total de investimentos em um campo. Desse total, 15% correspondem aos gastos com maquinário. A etapa de desenvolvimento consome os outros 90% dos recursos investidos em uma área, dos quais 30% a 35% vão para equipamentos.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, acredita que os números são plausíveis e critica a obrigatoriedade do conteúdo local nas licitações sem a adoção de um programa de desenvolvimento do setor no País. “É claro que somos a favor de uma taxa mínima de uso dos insumos nacionais, todos os países têm cláusulas desse tipo”, afirma o especialista. “O que nós criticamos é a falta de medidas para estimular o



Navio-plataforma Cidade de Itaguaí, da Petrobras, que no começo de julho ancorou no campo de Lula, do polo pré-sal da Bacia de Santos (RJ)

40%

● Foi o crescimento registrado pela indústria brasileira de máquinas e equipamentos voltados para a exploração de petróleo e gás entre 2003 e o ano passado, afirma a Abimaq

9%

● É a fatia do faturamento da associação que corresponde aos produtos vendidos ao segmento de óleo e gás. Essa proporção não cresce desde a década de 1990

desenvolvimento de tecnologias para exploração de óleo e gás no País. Sem isso, o que se cria é uma indústria de pagamento de multas.”

De acordo com o executivo, apenas 15% do consumo nacional de máquinas e equipamentos para a exploração de petróleo em alto-mar é produzido internamente. A maior parte é adquirida por empreiteiras que realizam o trabalho de engenharia de projetos,

compra de insumos e montagem para a Petrobras.

O secretário executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, defende que as multas por descumprimento da cláusula de conteúdo local sejam substituídas por medidas de incentivo à indústria nacional de máquinas e equipamentos. Segundo ele, as penas poderiam se tornar contra-

partidas, de forma que o volume de recursos que deixou de ser consumido do mercado brasileiro em um determinado projeto possa ser realocado para empreendimentos futuros, até em blocos fora do País.

“Digamos que um certo equipamento brasileiro não é competitivo diante dos concorrentes globais e a empresa decide comprar o insumo internacional. Se esse recurso se transforma em multa, ele não estimula em nada o mercado nacional”, exemplifica Guimarães. “Mas se o governo adota um modelo de compensação, as petroleiras podem aproveitar as taxas de conteúdo local e adquirir insumos que são competitivos no Brasil para seus projetos internacionais.”

O IBP fez também um estudo para determinar quais segmentos da cadeia de máquinas e equipamentos trazem maiores benefícios socioeconômi-

cos ao País e sugeriu que o Ministério de Minas e Energia passe a priorizar esses setores na política de conteúdo local. As áreas citadas na pesquisa, realizada pela Bain&CO, são: projeto, fabricação e instalação de módulos e *topsides*; equipamentos submarinos; e serviços de instalação submarinos.

Mercado de máquinas

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos faturou R\$ 44 bilhões no primeiro semestre de 2015, queda de 6,5% na comparação com igual período do ano passado, mostram dados divulgados ontem pela Abimaq. Em junho, o faturamento somou R\$ 7,1 bilhões, 13,5% a menos que em 2014.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor ficou em 65,3% em junho, 10,4 pontos percentuais inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado.

Brasil e Suécia chegam a acordo sobre caças

AERONÁUTICA

● O governo brasileiro chegou a um acordo com a Suécia para reduzir os custos de financiamento de 36 caças Gripen NG por US\$ 5,4 bilhões para a Força Aérea Brasileira (FAB).

As demoradas negociações sobre o acordo de financiamento atrasaram o acordo final para a compra dos caças, fabricados pela sueca Saab.

Em meio aos esforços de reequilíbrio das contas públi-

cas, o governo da presidente Dilma Rousseff buscou reduzir a taxa de juros de 2,54% ao ano inicialmente acordada em 2014 com a agência sueca de crédito à exportação SEK, como parte de medidas de austeridade promovidas pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, o governo sueco concordou em reduzir os juros para 2,19% ao ano, desde que o Brasil lhe compensasse pela perda resultante da redução.

Caso as duas partes não ti-

vessem conseguido chegar a um acordo sobre os termos do financiamento do contrato, o governo brasileiro e a Saab teriam de renegociar o acordo para compra dos caças.

A previsão é que os primeiros Gripens sejam entregues ao Brasil em 2019. A Saab planeja instalar uma linha de montagem para os caças até 2024 em parceria com a brasileira Embraer.

O Brasil tomou a decisão sobre os caças em dezembro de 2013. /Reuters

Grammer é 1ª a aderir ao PPE

VEÍCULOS

● A fabricante de assentos de carros Grammer do Brasil é a primeira empresa a aderir ao Programa de Proteção do Emprego (PPE), lançado pelo governo, no início do mês, como tentativa de estancar o aumento das demissões, especialmente na indústria.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a Grammer fez acordo com os trabalhadores e entrou na terça-feira (28) com solicitação de in-

gresso no PPE. O programa permite a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução do salário de até 15%, porque o governo complementar os outros 15% com recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Grammer, instalada em Atibaia (SP) emprega cerca de 650 pessoas que produzem mais de 1,7 mil assentos de motoristas e passageiros para os principais fabricantes de caminhões, ônibus, tratores, máquinas de construção e empilhadeiras. /Estadão Conteúdo